

Críticas ao anteprojeto são unânimes

O anteprojeto da nova Constituição proposto pela Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, divulgado na última sexta-feira, começou ontem a sofrer críticas de todos os partidos. Nem mesmo o "grupo dos oito", os relatores adjuntos e auxiliares, poupou o relator geral da comissão, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). O deputado pedetista Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) afirmou que o trabalho ficou aquém do "realizado pelo grupo". Já o deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ) afirma que o assessoramento do relator "não foi muito feliz".

Dentro do próprio PMDB, o deputado Wilson Martins (MS) achou que o anteprojeto da comissão que contém 500 artigos, é "romântico" por guar-

dar tantas contradições na Ordem Econômica e na Ordem Social. A bancada do Partido da Frente Liberal chegou à conclusão de que o anteprojeto é "muito longo, confuso e repetitivo", segundo o líder em exercício, deputado Inocêncio de Oliveira (PE).

De forma mais jocosa, os pedessistas reunidos no gabinete do líder do PDS na Constituinte, Amaral Netto consideraram o trabalho realizado pela Comissão de Sistematização durante dez dias como "muito divertido e curioso", apontando trechos como o artigo 6º do anteprojeto onde se diz que "cabe ao Estado promover a justiça social pela implementação das condições necessárias para que a felicidade de cada um não custe a infelicidade de ninguém..."

"Grupo dos Oito" rejeita

O anteprojeto da Comissão de Sistematização não agradou aos constituintes do "grupo dos oito", que fizeram a compatibilização dos relatórios aprovados nas comissões temáticas. Os relatores-adjuntos e auxiliares, no entanto, preferiram poupar críticas ao relator-geral, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), alegando que faltou tempo para uma leitura detalhada do relatório.

O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) reconhece que o trabalho de Bernardo Cabral ficou "aquém do realizado pelo grupo". Um pouco mais exaltado, o deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ) afirma que o assessoramento de Cabral "não foi muito feliz". Explica Adolfo de Oliveira que além de não ter utilizado o trabalho dos relatores auxiliares, ele acolheu propostas que não satisfizem às negociações feitas até o momento. O líder do PL considera porém que esse "é um direito do Bernardo Cabral", que pode acatar ou não o trabalho, do grupo que ele mesmo nomeou.

Uma das falhas principais apontadas pelo coordenador do "grupo dos oito" diz respeito à reforma agrária e à definição de empresa nacional. Oliveira afirma que o texto sobre reforma agrária da Comissão de Sistematização poderia "ter ficado melhor". Esclareceu que a tese aprovada pelos relatores-adjuntos foi muito mais avançada. "Aproveitamos o an-

teprojeto da Comissão da Ordem Social, que dá o direito de propriedade aos trabalhadores rurais. Mas, não sei porque, Cabral preferiu acolher a definição restrita da comissão da Ordem Econômica".

Partidarismo

O deputado Adolfo de Oliveira — amigo íntimo do relator-geral — entende que o deputado Bernardo Cabral também é um homem de partido. Por isso, explica, é possível que "ao tentar tecer o trabalho final ele tenha atendido às pressões da cúpula do partido".

É com base nesse raciocínio que o coordenador do "grupo dos oito" explica também a definição escolhida pela Comissão de Sistematização para a "empresa nacional". Ele acrescenta que isso não será facilmente aceito, "já que não podemos permitir um conceito que mascare as empresas estrangeiras".

O deputado Vivaldo Barbosa também é da mesma opinião. Para ele, o relatório de Cabral não atende aos acordos mantidos previamente entre os partidos. Ele afirmou ainda que o texto do anteprojeto é confuso. "O primeiro artigo da Constituição trata da Organização do Estado, mas o capítulo primeiro trata dos direitos individuais". O deputado pedetista explica que isso certamente será corrigido no plenário, já que pode ser considerado como erro grave.

Josemar Gonçalves



Bernardo Cabral fala sobre o anteprojeto para uma comissão que desconhece totalmente o texto

Comissão não conhece nada sobre o texto

O primeiro dia da discussão do anteprojeto de Constituição, iniciado ontem à noite, foi marcado pelo total desconhecimento por parte dos membros da Comissão de Sistematização do texto elaborado pelo deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Este fato prejudicou o avanço dos trabalhos de apreciação do anteprojeto.

Até a próxima quinta-feira, poderão ser apresentadas emendas de adequação ao anteprojeto e emendas de mérito referentes à Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, a única que não aprovou o seu substitutivo e acabou sendo elaborado pelo relator da Constituinte.

Bernardo Cabral explicou que compatibilizou os temas respeitando o que foi aprovado em sete Comissões temáticas. Ele ressaltou que tomou o caminho jurídico e o político para elaborar o anteprojeto de Constituição. Na questão política, foi ouvida a cúpula do PMDB "sem que isto represente, no entanto, uma coisa acabada".

Já o presidente da Comissão, senador Afonso Arinos (PFL-RJ) informou que até quinta-feira, durante o prazo de apresentação de emendas ao anteprojeto, serão realizadas reuniões da Comissão de Sistematização, a partir das 20 horas, para discussão do texto elaborado pelo relator.

Ao apartar o deputado Bernardo Cabral, o líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), criticou o trabalho de compatibilização do anteprojeto alegando que havia sido extirpadas propostas aprovadas nas Comissões temáticas e que sequer eram conflitantes. Diante da crítica do parlamentar petebista, o relator pediu para que fosse apontados exemplos de eliminação de proposições não conflitantes. Righi não conseguiu no entanto, apontar um único caso para comprovar a sua denúncia por absoluto desconhecimento do texto.

Em seguida, o deputado Lysâneas Maciel (PMDB-RJ) propôs que a Assembleia Constituinte aprovasse um dispositivo impedindo que os militares se pronunciassem sobre os temas discutidos pelos constituintes como ocorreu, na última semana, em relação à anistia. Tanto o relator como o presidente da Comissão rejeitaram de pronto a sugestão do parlamentar petista sendo que o senador Afonso Arinos chegou a observar que a preocupação de Lysâneas era infundada.

Planalto tem esperança no produto final

O secretário de imprensa da Presidência, Frota Neto, disse que o governo está trabalhando com a hipótese e com a esperança de que o resultado final da Constituinte "traduza a essência das tendências e das necessidades nacionais".

O porta-voz lembrou o momento por que passamos, citando a transição política, a crise econômica e as dificuldades sociais. Ele afirmou que é preciso também "uma definição muito clara sobre a noção dos poderes", explicando, em seguida que "o presidente Sarney precisa de uma posição muito nítida para o Executivo, mas considera importante o fortalecimento do Legislativo e do Judiciário".

O porta-voz lembrou ainda que "os direitos devem corresponder aos deveres" e que por isso mesmo o Estado "tem uma limitação, embora o social exija muitas soluções". E concluiu: "O que a gente sente é que o país precisa de uma Constituição que represente o momento atual, mas que também projete soluções para o futuro".

PDS reage com risos e espanto

Rubem Azevedo Lima

O anteprojeto de Constituição subscrito pelo presidente e pelo relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, respectivamente senador Afonso Arinos (PFL-RJ) e deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), foi considerado ontem leitura "muito divertida e curiosa".

No gabinete do líder do PDS na Constituinte, deputado Amaral Netto, parlamentares pedessistas, entre os quais os deputados Delfim Netto (SP) e Gerson Peres (PA), examinaram, por alto, o texto do anteprojeto publicado pela Assembleia, reagindo com risos ou com espanto à leitura dos trechos mais curiosos.

O ex-ministro Delfim destacou várias passagens do anteprojeto, achando engraçado que, no título dos "Princípios Fundamentais", o artigo 11 do anteprojeto estabeleça o que o Brasil "preconiza na ordem internacional".

"Preconizar?... É muito interessante" — comentou o ex-ministro.

Por sinal, entre as medidas a serem preconizadas pelo Brasil, nesse caso, constam "o desarmamento geral, simultâneo e controlado" e a "dissolução de todos os blocos políticos-militares".

"Como vamos fazer isso?" — indagou o líder Amaral Netto. "O Brasil deverá, então, pedir o fim da Otan e do Pacto de Varsóvia".

Rebuscado, na opinião dos pedessistas, é o tem IV do artigo 6º do anteprojeto, segundo o qual uma das finalidades do Estado brasileiro é "favorecer o sentido social da liberdade, a fim de que todos disponham de tantas liberdades quanto o que mais dispõe de liberdades entre todos, critério este que legitima a intervenção equalizadora do Estado para

Josemar Gonçalves



Delfim ironizou vários pontos do anteprojeto

Campos ironiza relatório

O relatório da Comissão de Sistematização da Constituinte mereceu mais risos do que críticas substantivas dos parlamentares até o momento. "Só hoje recebi o relatório preparado pelo deputado Bernardo Cabral e só tive tempo de ver os aspectos cômicos, sem entrar na parte substantiva", justificava-se o senador Roberto Campos (PDS-MT).

"Mas o texto do projeto constitucional, acrescenta Roberto Campos, garante por exemplo o fornecimento gratuito de água, energia elétrica e esgoto a todos os brasileiros que apresentarem atestado de pobreza absoluta. Ora, como sabemos que a maioria das cidades brasileiras não possui serviço de esgoto, os governos terão que construí-lo para atender apenas aqueles que não podem pagá-lo".

Assusta ainda ao senador pedessista o fato do relatório apresentado pelo deputado Bernardo Cabral prever pena para punir os torturadores, e nem mencionar penas para os atos de terrorismo. "Tortura, diz ele, é um ato individual, enquanto o

alinhar a sociedade em direção de uma democracia de liberdades iguais".

No item seguinte, se diz que cabe ao Estado promover a justiça social "pela implementação das condições necessárias para que a felicidade de cada um não custe a infelicidade de ninguém, mas contribua para a felicidade de todos".

"Isso" — observou Delfim — "é o mesmo que quer a felicidade por decreto..."

"Parece" — acrescentou Amaral — "que quiseram desmoralizar a Constituinte".

Virando páginas do diário da Constituinte ao acaso, o ex-ministro da Fazenda também estranhou o teor da letra "e", item IV (A liberdade), do artigo 13, onde se estabelece que "é livre a escolha individual do espetáculo público e de programas de rádio e televisão".

"Mas já não é assim?" — perguntou Delfim.

Adiante, sobre a redação dada na definição do que é empresa nacional, ficou estabelecido que o proprietário estrangeiro tem de residir ininterruptamente no Brasil e o ex-ministro salientou que, com isso, "tais empresários não poderão jamais gozar férias no exterior".

O líder do PDS anotou estas e outras observações de seus liderados, para, como disse, "desmistificar, oportunamente, esse trabalho do PMDB".

No PMDB, no entanto, o deputado Nelson Jobim, do Rio Grande do Sul, que funcionou como relator-adjunto de Cabral, achava salutar tais reações, pois, assim, a Assembleia poderá melhorar ainda mais o texto constitucional definitivo.

Aldo afirma que reforma é "negociata"

As críticas ao relator Bernardo Cabral começaram domingo mesmo, quando ele faltou à primeira reunião de análise do projeto — ele tinha viajado para dar uma conferência em Recife.

Ontem começaram as críticas ao teor do projeto. O deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) considerou a parte do documento que trata da reforma agrária como uma "negociata agrária", numa alusão ao bloco conservador de constituintes formado para derrubar as propostas de desapropriação de terras úteis, que não venham sendo exploradas. Segundo o parlamentar, o capítulo sobre o assunto da maneira como saiu no documento "jamais possibilitará a realização de reforma agrária no país, sendo retrógrado até mesmo em relação ao Estatuto da Terra aprovado durante o governo Castello Branco".

O deputado Luís Henrique (PMDB-SC), líder do partido na Câmara elogiou o documento como um todo, mas fez ressalvas ao capítulo da Ordem Econômica, "que não atende aos anseios da população brasileira que reivindica propostas mais atualizadas". Luís Henrique disse que o projeto deve ser mais sucinto: ele considera os 500 artigos do documento "um exagero". O parlamentar acha porém muito positiva a proposta sobre parlamentarismo do anteprojeto.

Até à tarde, a Comissão de Sistematização tinha recebido apenas 10 propostas de emendas. O prazo para recebimento de emendas encerra-se na próxima quinta-feira à meia-noite. As emendas só podem ser encaminhadas para a modificação da forma do texto, não podendo propor alteração de conteúdo.

A reserva de mercado fica, crê Coutinho

São Paulo — "Tenho certeza de que a Assembleia Nacional Constituinte aprovará a manutenção da reserva de mercado, para os micros e pequenos computadores", declarou ontem o secretário-geral do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luciano Coutinho, argumentando que não observa tendência conservadora no Parlamento "a ponto de rejeitar um projeto de lei que protege a empresa nascente". Para ele a reserva é um recurso drástico, mas legítimo, que deve ser usado em condições excepcionais como é o caso em questão.

Luciano Coutinho disse que os produtos fabricados no Brasil sob a proteção da lei da reserva de mercado rapidamente se tornam competitivos no mercado internacional, citando o caso dos microcomputadores de oito bits. "Na década de 60 o carro brasileiro custava mais caro que o similar estrangeiro, mas ao longo do tempo esta diferença foi sendo reduzida", exemplificou o economista.

Em relação aos níveis de desemprego no país, o secretário-geral destacou que a curto prazo o governo federal deve acelerar os investimentos públicos e viabilizar modificações na política salarial, com o objetivo de elevar o poder de compra do trabalhador que ganha salário mínimo, e reativar a economia como um todo.

Bispo prega mobilização popular já

Porto Alegre — Ao criticar as perspectivas sombrias, na Constituinte, de "incrível retrocesso em relação ao conceito de propriedade de terra e à disciplina do capital estrangeiro", o bispo-auxiliar desta capital, dom Edmundo Kunz, alertou para a "urgente e necessária mobilização e pressão maciça das forças populares" junto à Assembleia Nacional Constituinte, sob pena de ocorrer grave convulsão social, se não ocorrerem mudanças profundas no país.

Sem essa pressão, a ordem social, econômica e política lançará a nação no abismo — acrescentou o prelado gaúcho na alocução radiofônica semanal "A Voz do Pastor". Ao analisar os trabalhos da Constituinte, em que "há mais sombra do que luz", ele citou, como exemplo, a área da economia, em que os dados até agora conhecidos "não respondem às justas aspirações e às necessidades prementes das classes populares. Até a baldaada implantação da autêntica reforma agrária e agredida violentamente e ameaçada de boicote".

Manobras

O bispo gaúcho observou que "é preciso enfrentar as manobras insistentes de movimentos e de grupos interessados, que resistem a uma distribuição mais justa da terra, às vezes até empregando violência". Também condenou a estatização do ensino e a necessidade de fortalecimento das escolas privadas e de se corrigir a conceitualização de sociedade familiar. D. Edmundo Kunz repudiou "as ofensas lavradas e cruéis ao direito de proteção ao nascituro", criticando a permissão do aborto.



Na reunião, os pefelistas decidiram aprofundar o exame

PFL considera "confuso"

O anteprojeto da Comissão de Sistematização é "muito longo, confuso e repetitivo". Esta é a conclusão a que chegou a bancada do PFL na Câmara, reunida no último final de semana para analisar a proposta de Constituição apresentada pela relator, Bernardo Cabral (PMDB-AM).

O líder em exercício do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PE), afirmou que há várias matérias que não se enquadram como constitucionais e entraram no anteprojeto. Hoje, o partido reúne uma "comissão de alto nível", integrada, entre outros, pelo economista Dercio Garcia Munhoz, da UnB, para estudar mais detidamente o anteprojeto e elaborar emendas.

Inocêncio enumerou entre os temas que poderiam ser regulamentados através de leis complementares ou ordinárias o funcionamento das comissões permanentes e temporárias da Câmara dos Deputados. "Isso é assunto de regimento interno", reclamou o líder em exercício, que diz apoiar integralmente a sugestão do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) para que a Constituição

Martins aponta contradição

Bom, mas romântico e com uma grave contradição interna: a ordem social avançada e a ordem econômica estagnada. Essa é a visão do senador Wilson Martins, relator-adjunto da Comissão de Sistematização, sobre o anteprojeto de Constituição proposto pelo relator-geral, deputado Bernardo Cabral.

Com a proposta de adequar o texto à realidade brasileira, o senador sul-mato-grossense apresentou 107 emendas ao anteprojeto, suprimindo 32 artigos que considera redundantes.

Segundo ele, essa adequação à realidade do país só deverá acontecer na fase de emendas em Plenário, já que nessa fase da Sistematização as emendas não podem entrar no mérito das questões.

Falhas

"A Ordem Econômica comete falhas graves, como por exemplo a inviabilização da reforma agrária através da definição de função social do imóvel e de indenização

de benfeitorias. Já o capítulo da Ordem Social apresentada excessos. Questões como as 40 horas semanais de trabalho e a estabilidade no emprego têm de ser melhor discutidas.

Entre as falhas apontadas por Martins no anteprojeto do relator da Sistematização, estão o número de artigos — ele propõe uma redução dos atuais 501 para uma média de 300 artigos; a proteção ao Nordeste, em detrimento de outras regiões, como o Pantanal, no capítulo da distribuição dos tributos da União; o exagero de se considerar "crime doloso" os crimes contra o meio ambiente e a diferença de tratamento para o proprietário rural e para o proprietário urbano — ele defende que seja dado ao imposto sobre imóveis urbanos uma função social, a exemplo do que propõe o anteprojeto para o imóvel rural, no sentido de penalizar o proprietário urbano que faça estoque de imóveis com fins especulativos.